

# O impasse da desconfiança

Embora a política não seja exatamente o reino da candura, para tudo há limites.

Democracia não comporta ditadura da maioria, nem da minoria. E deve representar um processo de desintoxicação, em lugar de envenenamento.

Estas verdades elementares estão sendo cada vez mais esquecidas. A exacerbação passional começa a ir além do previsível em vésperas de eleições. Motivo principal: a Revolução de 1964, tomada no sentido modernizador de Georges-André Fiechter, ainda não passou a ser vista como a de 1930, por exemplo.

Pouco importa se ambas tomaram rumos imprevistos: a de 1930 desembocando no Estado Novo de 1937; a de 1964, no Ato Institucional nº 5, de 1968. Isto é freqüente nas revoluções. Desde que terminem sendo superadas, ficando como um marco na História, a avaliação racional substituindo as emoções desencadeadas.

Mas nada disto vem acontecendo agora.

As etapas de 1964, e principalmente 1968, insistem em prosseguir vivas, como se tivessem sido ontem ou mesmo hoje de manhã. Resultado: cada grupo, pró ou contra, teima em jogar "tudo ou nada", o que sempre significou uma posição errada politicamente. Com a diferença que a vantagem pende naturalmente para quem se encontra no poder, apesar das ilusões que subestimam as mudanças qualitativas do Estado brasileiro, mais fortalecido que nunca, e dos temores exagerando uma abertura como seu enfraquecimento. Quando, na realidade, Estado forte não exclui necessariamente sociedade forte, antes se completam. O vácuo de poder é tão grande, num país em gestação, que cabe tanto um Executivo fortalecido quanto também o Judiciário e o Legislativo fortes.

Até o Senado, onde se deveria esperar um arrefecimento de paixões, transformou-se quase num campo de batalha. As obstruções mútuas tornaram-se infundáveis, cada qual querendo fazer a sua represália.

Em toda parte onde se pretenda que "o que é meu, é meu, o que é teu é negociável", não há qualquer possibilidade de rodízio no poder. Termina sempre vencendo aquele que tem a mão na roda.

Existe rodízio, há séculos, na fonte da democracia moderna, a Grã-Bretanha, porque lá a Oposição se considera "loyal opposition". Aqui se vai ser leal a que, sem entendimentos prévios?

E bem verdade que passamos mais de uma década sem diálogos francos, em torno de uma mesa. Explica, mas não justifica o impasse. Se ele perdurar, vamos ter muito o que lamentar em breve. Ter-se-á mantido uma situação de força, em seguida sacramentada por procedimentos legalistas, desvalorizando a legitimidade que se dissipará ao calor das paixões incapazes de apontar um denominador comum para o combate democrático, a partir mesmo da escolha do sistema eleitoral.

Imagine-se o que pode acontecer, com as emoções cada vez mais reprimidas em lugar de descarregadas, sempre se queixando dos resultados de eleições que se deixe de considerar legítimas. Teremos, redivivo, o quadro da República Velha. Não que o que veio depois fosse sem-

pre melhor (Gilberto Amado dizia que antes as eleições eram falsas, mas a representação verdadeira, depois virou o contrário) e sim que a paixão é a pior conselheira também na política.

Não há por que surpreender-se.

A raiz do problema eleitoral continua sendo a própria ambigüidade do eleitor: tendendo ao radicalismo nas soluções gerais, nacionais e sobretudo estaduais, e ao conservadorismo nas bases municipais. Na sua forma drástica, a vinculação obrigará a uma decantação desta contradição. Ou predominará uma posição, ou outra, o que só tem de negativo no jogo do "tudo ou nada", tão grave apenas quanto o de que "o teu é negociável, o meu não".

Enfim, onde vamos parar?

Não faltarão os descontentes com os resultados das eleições para Governador, por exemplo.

Estados altamente urbanizados, como São Paulo, podem pender para o lado renovador, embora não necessariamente radical, à maneira também daqueles com secular tradição oposicionista como Pernambuco e Rio Grande do Sul. Outros tenderão provavelmente para o pólo conservador, por motivos ainda de estrutura e de hábito histórico.

Cada grupo vencido internamente, articulado no plano federal com seus congêneres, logo quererá impugnar os resultados das urnas, passando a viver uma ressentida conspiração permanente contra os triunfantes, como se eles não pudessem vir a ser os perdedores na próxima rodada.

Carlos Lacerda era tão oposicionista quanto qualquer outro que estava no poder, que obstruía as sessões do Congresso desde o momento em que mal se começava a ler a ata... Pouco importando seu conteúdo, oposição, a seu ver, era aquilo mesmo, incondicional até os extremos mais inverossímeis.

Estamos em vésperas de ver a repetição. Aliás, ela já começou com o resultado óbvio da predominância, quase exclusiva, do mais forte no momento.

Como sair do dilema?

O pluripartidarismo pode oferecer a vantagem de uma gama de alternativas em rotação, no livre jogo da política. Para isto não devem morrer os pequenos partidos, embora os grandes não precisem decompor-se na multidão de antes de 1964. E que sempre termine havendo eleição, seja como for, que acaba sendo didática. Cada campanha proporciona a oportunidade de politização popular, em menor ou maior escala. Um dos segredos das democracias está na freqüência das eleições: nos Estados Unidos, nação presidencialista, a cada dois anos para deputados estaduais e federais e parte do Senado; na Europa e Japão, parlamentaristas, a ausência de coincidência de mandatos permitindo outro tipo de apelo freqüente ao eleitor.

Também e principalmente o costume educa. Talvez assim o brasileiro se habitue a considerar naturais as eleições, com suas conseqüências e mudanças formais, até começar a descobrir o caminho próprio que tarda.